

**MST E COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA: RESISTÊNCIA,
ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO NO NORDESTE**
**MST AND AGRARIAN REFORM COOPERATIVES: RESISTANCE, ORGANIZATION,
AND PRODUCTION IN THE NORTHEAST**

Daniel Cordeiro Vieira
Instituto de Economia da UNICAMP
d29714@dac.unicamp.br

Grupo de Trabalho (GT): GT04.Agricultura familiar, cooperativismo e associativismo

Resumo:

O artigo analisa a das cooperativas de reforma agrária organizadas pelo MST e a importância destas para os assentamentos na Região Nordeste do Brasil. Inicialmente apresenta uma revisão sobre o histórico do MST e a caracterização das suas cooperativas, assim como analisa as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e a reforma agrária, apontando as desigualdades no acesso às políticas públicas. A pesquisa, de caráter descritivo e bibliográfico, utiliza dados coletados sobre as cooperativas, entre 2018 e 2024, abrangendo 182 cooperativas em todo o país, das quais 57 estão no Nordeste. Aponta as características dessas cooperativas, tais como localização, tipologia, número de cooperados, principais cadeias produtivas envolvidas e o acesso a políticas públicas, principalmente voltado para a comercialização. Os resultados apontam que, apesar dos avanços na organização produtiva e na geração de renda, persistem desafios como a insuficiência de políticas, demonstrando a importância das cooperativas organizarem os assentados através de outras experiências. As cooperativas do MST têm se destacado na produção agroecológica e se constituem como instrumentos que vão além dos objetivos econômicos, assumindo um papel político e organizativo voltado à transformação social no campo, à resistência e ao fortalecimento da organização dos assentados.

Palavras-chave: Cooperação. Reforma Agrária. Nordeste do Brasil.

Abstract

The article analyzes the agrarian reform cooperatives organized by the MST and their importance for settlements in the Northeast region of Brazil. It initially presents a review of the MST's history and the characterization of its cooperatives, as well as an analysis of public policies aimed at family farming and agrarian reform, highlighting the inequalities in access to these policies. The research, descriptive and bibliographic in nature, uses data collected on cooperatives between 2018 and 2024, covering 182 cooperatives across the country, 57 of which are in the Northeast. It outlines the characteristics of these cooperatives, such as location, typology, number of members, main production chains involved, and access to public policies, particularly those focused on marketing. The results indicate that, despite advances in productive organization and income generation, challenges remain, such as insufficient policies, demonstrating the importance of cooperatives organizing settlers through alternative initiatives. MST cooperatives have stood out in agroecological production and constitute instruments that go beyond economic objectives, assuming a political and organizational role aimed at social transformation in rural areas, resistance, and the strengthening of settlers' organization

Key words: Cooperation. Agrarian Reform. Northeast of Brazil

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo analisa a trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o desenvolvimento das cooperativas de reforma agrária na Região Nordeste do Brasil, com foco nas formas de organização produtiva e nas políticas públicas voltadas à agricultura familiar e aos assentamentos de reforma agrária.

Desde sua criação, em 1984, o MST tem desempenhado papel central na luta pela democratização do acesso à terra, na promoção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável e na construção de uma proposta alternativa de organização social e econômica no campo. A pesquisa discute as desigualdades no acesso às políticas públicas, especialmente no crédito rural e nos programas de apoio à produção e comercialização, e evidencia a importância das cooperativas como instrumento de organização e resistência dos assentados.

A investigação parte de uma abordagem descritiva e qualitativa, fundamentada em pesquisa bibliográfica e em dados sobre as cooperativas do MST, coletados entre 2018 e 2024. Os estudos encontraram 182 cooperativas de reforma agrária organizadas pelo movimento em todo o país, sendo 57 delas localizadas no Nordeste

O artigo tem como objetivo compreender o papel dessas organizações na geração de renda, na organização política dos assentados e no fortalecimento dos assentamentos, além do envolvimento das cooperativas na difusão de práticas produtivas agroecológicas. Dessa forma, a pesquisa contribui para o debate sobre a importância do cooperativismo popular como instrumento de transformação social e consolidação da reforma agrária popular.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi criado em 1984, sendo reconhecido pela sua luta pela reforma agrária no Brasil através da ocupação em acampamentos e da organização da produção nos assentamentos.

A presente sessão apresenta brevemente esse movimento e o início das suas mobilizações na região Nordeste do país. Em seguida apresenta dados sobre a agricultura familiar e as dificuldades enfrentadas na região, especificamente no acesso às políticas públicas, as quais incluem os assentamentos da reforma agrária. Por fim, será apresentada a organização cooperativista desenvolvida pelo MST e como esse instrumento político e econômico é utilizado para articular a produção e construir um novo paradigma de desenvolvimento econômico, baseado na cooperação, na sustentabilidade e na transformação social do campo brasileiro.

2.1 - O MST e a luta pela reforma agrária na Região Nordeste do Brasil.

O MST foi criado em 1984, em um encontro nacional realizado na cidade de Cascavel, no Paraná, onde se reuniram representantes de diversas ocupações que estavam sendo organizadas no país. Nesse primeiro encontro já haviam representantes de pastorais da terra e

de organizações sindicais da Região Nordeste que também estavam lutando por reforma agrária nos seus estados.

A luta pela terra no Nordeste também estava ocorrendo em diversos estados do Nordeste durante a década de 1980. Pode-se citar as ocupações realizadas pelo movimento sindical do Ceará em 1984 e 1985, além das mobilizações realizadas pelo MST em 1986, nos estados do Piauí e Alagoas (ALENCAR; DINIZ, 2010). Também foram realizadas ocupações de terras organizadas pelo MST no Estado da Bahia em 1985. (MOREIRA, 2022).

Embora as primeiras ocupações reconhecidas como territórios de luta do MST sejam realizadas na região Sul do Brasil, o primeiro congresso do MST, realizado em janeiro de 1985, reuniu representantes de todas as regiões do Brasil. Conforme aponta o Fernandes, “iniciava-se assim o processo de territorialização do MST pelo Brasil. Desde então o Movimento começou a se organizar nas regiões Nordeste e Amazônia. Nesse período [1984-1989], o MST organizou-se em 12 estados” (2012, p.28).

A Região Nordeste possui atualmente 4355 assentamentos da reforma agrária, com uma capacidade para 371.213 famílias assentadas. Dessa forma, essa região possui aproximadamente 31% do total de famílias (1.188.191) assentadas da reforma agrária no país (INCRA, 2021).

A luta pela terra conduzida pelo MST no Nordeste resultou em um expressivo número de assentamentos rurais, envolvendo milhares de famílias assentadas. No entanto, a conquista da terra, embora fundamental, não foi suficiente para assegurar condições estruturais nos assentamentos, que garantam a permanência das famílias com renda e dignidade e que garantam ainda um projeto de desenvolvimento econômico sustentável no campo. Os assentamentos nordestinos enfrentam ainda profundas desigualdades no acesso a políticas públicas. Assim, a próxima seção do apresenta alguns dados referentes às políticas públicas e aos desafios enfrentados no Nordeste.

2.2. Análise das políticas públicas voltadas para os assentamentos e a agricultura familiar na região Nordeste

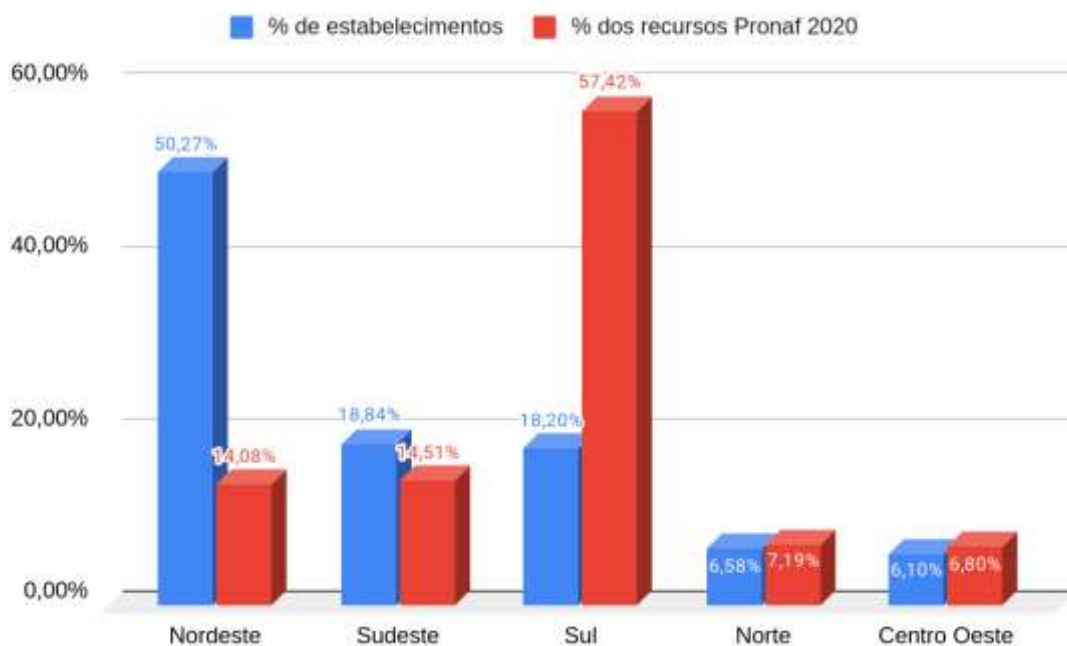
Um estudo desenvolvido em 2021 pelo Núcleo de Estudos em Cooperação (NECOOP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), em parceria com o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, realizou um levantamento sobre o uso e a destinação dos recursos voltados ao crédito na agricultura familiar no Brasil no ano de 2020, com ênfase para o PRONAF. O estudo foi publicado por Reis *et al* (2021). Os dados analisados, referentes a 2020, descreveram as principais atividades e finalidades financiadas, os produtos contemplados e as variações na

distribuição do crédito rural no contexto da agricultura brasileira considerando as distintas regiões do país.

Notou-se uma expressiva desigualdade na distribuição do crédito (PRONAF), principalmente quando se compara com a distribuição da agricultura familiar nas diferentes regiões do Brasil. A agricultura camponesa apresenta maior concentração na Região Nordeste, que abriga cerca de metade desses estabelecimentos. Contudo, a maior parte dos recursos não acompanha essa distribuição geográfica, concentrando-se predominantemente na Região Sul.

O gráfico 1 apresenta uma comparação percentual entre o número de estabelecimentos da agricultura familiar e o volume de recursos (%) do PRONAF destinados para as 5 regiões do Brasil. Observa-se que uma profunda desigualdade na distribuição dos recursos do PRONAF quando comparado com o número de agricultores familiares de cada região. O Nordeste possui mais da metade dos estabelecimentos da agricultura familiar do país, no entanto recebeu apenas 14,08% do total dos recursos do crédito naquele ano. A maior parte dos recursos do PRONAF foi destinada para a região Sul (57,4% do total), embora essa região 18,2% das propriedades familiares.

Gráfico 1 - Brasil. Número de estabelecimentos da Agricultura Familiar e volume de recursos financeiros acessados pelo PRONAF (por região e em percentual) - Ano 2020.



Fonte: IBGE, 2021. Banco Central do Brasil, 2021 *apud* Reis, 2021.
 Elaboração NECOOP/UFFS e Instituto Tricontinental

A análise do crédito comparando as regiões torna-se ainda mais grave quando começa a detalhar os valores das distintas modalidades do PRONAF. Para este documento, serão demonstradas apenas o número de contratos e os valores voltados para o Custeio Agrícola e para o Custeio Pecuário do ano de 2020, que são sintetizados nas tabelas 1 e 2 abaixo.

Tabela 1 - PRONAF Custeio Agrícola em número de contratos, valor total, valor médio de contrato e percentuais alocados por Região – Brasil. Ano 2020.

Região	Contratos	Valor Total (R\$)	Valor Médio (R\$)	Distribuição do valor em %
CENTRO-OESTE	2.955	155.933.016,08	52.769,21	1,61%
NORDESTE	16.972	294.310.265,24	17.340,93	3,04%
NORTE	1.123	43.009.151,11	38.298,44	0,44%
SUDESTE	35.601	1.150.681.318,03	32.321,60	11,88%
SUL	231.383	8.041.734.597,95	34.755,08	83,03%
Total geral	288.034	9.685.668.348,41	33.626,82	100,00%

Fonte: Banco Central do Brasil, 2021 *apud* Reis, 2021.
 Elaboração NECOOP/UFFS e Instituto Tricontinental, 2021

A tabela 1 aponta os dados referentes ao Custeio Agrícola, notando-se que o número de contratos na região Nordeste foi de 16.972 contratos, com um valor médio de R\$17.340,93, contra 231.383 contratos de crédito na região Sul com valor médio equivalente a R\$34.755,08, o que é aproximadamente o dobro do valor do Nordeste. Comparando ainda com as demais regiões, nota-se que os valores médios por contrato no Nordeste são os menores quando comparado com todas o restante do país. O montante total dos recursos dessa modalidade indicam que 83,03% foi destinado para a região Sul, enquanto apenas 3,04% do total foram contratados pelos nordestinos.

Portanto nota-se que o Nordeste além de ter um número de contrato muito inferior, também tem valores médios contratos menores, mesmo que a maioria da agricultura familiar esteja nessa região, conforme já apontado no gráfico 1.

Quando são analisados os recursos destinados para o PRONAF na modalidade Custeio Pecuário, também notam-se distribuições irregulares e no valor médio do contrato entre as distintas regiões do país, conforme apontados na tabela 2.

Tabela 2 - Brasil. Número de contratos, valor e valor médio por contrato do PRONAF Custeio Pecuário por Região. Ano 2020

	Contratos	% Contratos	Valor R\$	% Recursos	RS/contrato
Brasil	180.506	100%	5.087.648.284, 73	100%	R\$ 28.185,48
SUL	68.837	38,14	2.233.927.008, 39	43,91	R\$ 32.452,42
SUDESTE	26.806	14,85	896.695.914,23	17,62	R\$ 33.451,31
CENTRO-OESTE	20.503	11,36	741.314.480,82	14,57	R\$ 36.156,39
NORTE	16.732	9,27	664.262.485,66	13,06	R\$ 39.700,12
NORDESTE	47.628	26,39	551.448.395,63	10,84	R\$ 11.578,24

Fonte: Banco Central do Brasil, 2021 *apud* Reis, 2021.
 Elaboração NECOOP/UFFS e Instituto Tricontinental, 2021.

Assim como no custeio agrícola, a região Sul também acessa a maior parte dos contratos do PRONAF referentes ao custeio pecuário, somando 68.837 unidades (38,14% do total de contratos no ano de 2020), enquanto a região Nordeste acessou cerca de 47.628 contratos (26,39%). Se comparado os valores médios contratados, novamente identifica-se que a região Nordeste tem o menor valor entre todas as regiões do país, com contratos de R\$11.578,24 em média, o que significa aproximadamente um terço do valor contratado no Sul do país (região que acessou quase 50% do total dos recursos do PRONAF 2020).

Outros estudos também analisam o acesso as políticas públicas na região Nordeste e comparam com os dados do Censo Agropecuário de 2017. Carvalho e Gomes (2020) analisaram as políticas públicas voltadas para o semiárido nordestino brasileiro, com destaque para o PRONAF, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), o programa Luz para todos, o Programa Cisternas e a política de Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, comparando com os dados do Censo de 2017.

A PNAPO é um política reconhecida internacionalmente, porém enfrenta fortes limitações orçamentárias que comprometem a sua execução. No período posterior a 2016 notou-se um processo de redução drástica dos investimentos públicos voltados para a agricultura familiar. Carvalho e Gomes (2020, p.2285) apontam que o Nordeste brasileiro concentra aproximadamente metade dos estabelecimentos da agricultura familiar do país e que os dados do IBGE identificaram que 67,49% de propriedades familiares que não produzem de forma orgânica, o que leva a questionar a eficiência da PNAPO e também do PRONAF na modalidade Agroecologia. A escassez de recursos dessas políticas públicas, assim como a

ausência de assistência técnica e extensão rural dificultam a redução do uso de agrotóxicos e produção de alimentos saudáveis.

No que se refere à irrigação da produção agrícola, Carvalho e Gomes (2020, p.2286) afirmam que os dados do Censo Agropecuário de 2017 indicaram que apenas 10,13% dos estabelecimentos rurais familiares do semiárido nordestino dispõem de algum tipo de sistema de irrigação. Embora o Programa Cisternas - criado em 2013 - tenha construído 1.120.774 cisternas entre 2013 e 2019, a irrigação agrícola permanece restrita na agricultura familiar do Nordeste.

Carvalho e Gomes afirmam que a ATER “é o parâmetro que certamente mais carece da efetividade das políticas públicas na agricultura familiar do semiárido nordestino: apenas 8% tiveram essa assistência” (2020, p.2287-2288). A descontinuidade de políticas e projetos de desenvolvimento rural, bem como a ausência de apoio governamental para a ATER são alguns dos fatores que explicam essa baixa cobertura. Entre os principais desafios, está a necessidade de estabelecer parcerias com entidades não estatais e incorporar novos conceitos, inclusive voltados para a produção agroecológica, e metodologias participativas ao processo de assistência e extensão rural, de modo a torná-lo mais dinâmico e adequado às diferentes realidades. Uma ATER de qualidade poderá melhorar a renda dos produtores familiares brasileiros, aumentar a produtividade agrícola e gerar autonomia para os agricultores, sendo importante para a produção agroecológica e para o desenvolvimento econômico da agricultura familiar.

Outras políticas de relevância para a agricultura familiar são aquelas voltadas para a comercialização, destacando-se principalmente o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Essas políticas são importantes para garantir a comercialização dos produtos dos agricultores, melhor a renda, contribuir para a diversificação da produção e consequentemente a segurança alimentar e nutricional. No entanto, o PAA tem sido outra política que foi marginalizada pelos últimos governos, com sucessivos cortes orçamentários. Em um estudo organizado por Castro e Freitas,

identificou-se redução do número de produtos diferentes adquiridos ao longo do período 2011-2018. Mais preocupante, com relação à efetividade do programa, entretanto, foi a redução dos recursos financeiros alocados no PAA nesse período: de R\$ 1,2 bilhão, em 2012 (valor corrigido pela inflação), para R\$ 253 milhões, em 2018. (2021, p.26)

Alguns estudos apontam que, apesar das várias políticas públicas positivas, muitas dessas são insuficientes ou possuem pouco aporte financeiro quando se trata da região Nordeste. Consequentemente o nível de renda média dos agricultores nessa região é inferior às demais regiões do país. Castro e Freitas afirmam que

Enquanto a receita média por estabelecimento familiar - em reais (...) - na região Sul é igual a 54.817, no Nordeste é igual a 6.587, aproximadamente 12% do valor verificado para o Sul. No caso da receita média por unidade de área, os agricultores familiares da região Sul também se destacam, com R\$ 3.175,61, enquanto os do Nordeste ficam à frente, nesse quesito, apenas dos AFs do Norte (R\$ 467,22 versus R\$ 454,92). A relação entre a receita média por hectare verificada para o Nordeste e a para o Sul é igual a 14,7%. (2021, p. 27)

Importante ressaltar que os autores apontam que a baixa renda nessa região não está vinculada somente à ausência da política pública, podendo abordar também problemas climáticos. No entanto, mesmo nos casos de seca, a ausência do Estado implica no agravamento dos problemas, uma vez que não apresentam políticas que podem mitigar essas dificuldades.

3.3. O MST e o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA)

Diante das dificuldades e os desafios colocados para a agricultura familiar e para os assentamentos na Região Nordeste, faz-se necessário a organização dos agricultores para lutar pelo acesso às políticas públicas e também para a melhoria de suas condições sociais e econômicas.

A forma como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) organiza os assentamentos coletivos e as suas cooperativas reflete a tentativa de articular a permanência das famílias assentadas no campo com os princípios políticos e ideológicos do próprio movimento. O MST não se limita a reproduzir modelos convencionais de cooperativismo, mas formula um conceito próprio, o Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA), definido como uma forma de resistência ao modo de produção capitalista e de massificação da cooperação entre trabalhadores (SCHENINI, 2006).

O MST criou seu próprio modelo cooperativista, o SCA, a partir dos anos 1990, incorporando análises sociais e econômicas no seu debate sobre as cooperativas, e apresentando suas própria forma de organização para os assentados constituírem as cooperativas. Importante destacar que em 1988, a nova Constituição Federal muda a lei cooperativista não sendo mais a autorização do Estado para sua criação. Com a mudança na legislação e com a formulação do MST sobre a sua concepção de cooperativas, a partir da década de 1990 surgem diversas experiências de cooperativas de comercialização, de produção e de crédito nos assentamentos (MST, 1993; MST, 1997; NASCIMENTO, 2023).

A luta pela terra conduzida pelo MST envolve dois momentos distintos: o da negação, caracterizado pelo enfrentamento e ocupação das terras durante o período de acampamento; e o da posituação, que corresponde à defesa e à consolidação das áreas conquistadas nos assentamentos (MACHADO; GONÇALVES, 2007 *apud* MARTINS, 2012). Enquanto o primeiro momento é marcado por intensa mobilização política e ideológica, o segundo impõe

o desafio de organizar a vida econômica das famílias e garantir a viabilidade produtiva das áreas. É nesse contexto que as cooperativas assumem papel estratégico, funcionando como instrumento de organização da produção e de coerência política e ideológica dentro dos assentamentos.

Para o movimento, as cooperativas não devem se restringir a uma função econômica, mas constituir também uma retaguarda política na luta pela reforma agrária e pela transformação social, sendo consideradas instrumentos fundamentais na articulação dos assentados na busca por projetos e recursos (FABRINI, 2006). As cooperativas representam espaços de educação política, de organização da luta das famílias e de formação coletiva, fundamentais para evitar o refluxo da consciência de classe que pode ocorrer após a conquista da terra (MARTINS, 2012). Assim, a cooperação é concebida como um processo pedagógico e político, capaz de unir as famílias, socializar os meios de produção e fortalecer a resistência camponesa.

Embora inseridas no contexto do capitalismo, as cooperativas do MST buscam romper com suas principais características - como a hierarquia, a exploração do trabalho e a concentração de renda -, apostando na autogestão, na solidariedade e na socialização da terra, do capital e do trabalho. Nesse sentido, o cooperativismo do MST deve ser compreendido não apenas pelo seu objetivo econômico, mas também com objetivos sociais e políticos, voltados para a transformação social e a construção de novas relações produtivas e humanas no campo.

A cooperação tem um papel fundamental para o MST, sendo um dos pilares na construção da sua proposta de reforma agrária popular e para a transformação da sociedade. Os processos de cooperação no MST tiveram início desde o início do movimento, através da organização dos trabalhadores para a luta pela terra e pela reforma agrária. Na concepção do MST, a luta pela terra dos Sem-terra é por si só uma experiência de cooperação, tendo em vista que organizam para lutar por terra (MST, 1993, p.24).

De acordo com Nascimento, “na perspectiva do MST, a cooperação agrícola reúne três razões centrais, quais sejam: econômica, social e política” (2023, p. 60). Economicamente, a cooperação pode aumentar a produtividade, uma vez que promove a divisão e especialização do trabalho, assim como o ganho de escala. Socialmente é uma ferramenta indispensável na melhora das condições de vida haja vista sua importância na organização da comunidade no atendimento das necessidades de educação, transporte, saúde, lazer e cultura, dentre outros processos. Politicamente, é um mecanismo indispensável na construção da organicidade e da articulação política.

Além disso, as cooperativas exercem um papel essencial na organização da produção dos assentamentos, especialmente diante da conjuntura em que as políticas públicas são insuficientes ou não chegam para os assentados. Assim as cooperativas podem se tornar ferramentas essenciais para enfrentar a ausência do crédito, o não acesso às políticas de irrigação e a oferta limitada de ATER nas regiões em que o MST atua. Nesses contextos, as cooperativas tornam-se instrumentos de planejamento produtivo, de organização da produção de alimentos saudáveis, de beneficiamento e de comercialização da produção, possibilitando que os assentamentos mantenham uma produção agroecológica e possam gerar renda para as famílias assentadas. Assim, as cooperativas são potenciais alternativas ao modelo convencional de agricultura capitalista, promovendo não apenas a reprodução econômica das famílias, mas também a consolidação de práticas produtivas comprometidas com o meio ambiente, a soberania alimentar e a autonomia camponesa.

3 METODOLOGIA

3.1 Delineamento de pesquisa

A metodologia adotada consiste em uma pesquisa descritiva. Segundo Gil, “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (2002, p. 42). Trata-se ainda de uma pesquisa bibliográfica, utilizando de artigos científicos, dissertações e teses para qualificar a análise.

A pesquisa realizou a coleta de dados aplicando questionários e formulários online, os quais foram aplicados por militantes do MST aos representantes das cooperativas, conforme detalhado na seção 3.2 – Procedimentos de coleta de dados.

O período de análise compreende de 1990 - ano de fundação da cooperativa mais antiga - até 2024, com base nas informações dos últimos diagnósticos aplicados. Essa metodologia visa oferecer uma visão abrangente sobre as cooperativas de reforma agrária, destacando suas características, desafios e contribuições socioeconômicas.

O estudo também tratou de realizar uma revisão bibliográfica com temas relacionados às cooperativas de reforma agrária, bem como às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e aos assentamentos na região Nordeste. A pesquisa baseou-se em artigos científicos, dissertações e teses obtidos em plataformas como o Portal de Periódicos da CAPES, Google Acadêmico e com o uso de IA (inteligência artificial) para a busca de artigos científicos, tais como: Elicit, Research Rabbit e Consensus.

Entre os materiais bibliográficos utilizados, destacam-se os estudos publicados pelo MST, tais como as coleções Cadernos de Cooperação Agrícola (1993–2001) e Cadernos de Experiências Históricas (1998–2001). Também foram pesquisados dissertações e teses publicados por militantes do MST sobre cooperativas em diferentes estados.

3.2 Procedimento de coleta de dados

Para a caracterização das cooperativas, foram utilizados dados secundários coletados por meio de questionários aplicados aos representantes das entidades. As informações coletadas nos formulários não foram publicados e são privados para o MST, o FINAPOP, a CREHNOR e a CONCRAB. O acesso a essas informações está restrito a essas organizações, sendo utilizado exclusivamente para fins de estudos e para análises dessas cooperativas.

Entre os principais dados considerados estão: principal cadeia produtiva de cada cooperativa, localização da entidade, tipo de cooperativa (produção, crédito, trabalho ou cooperativa central) e acesso a políticas públicas (com destaque para o PAA e PNAE).

As informações foram levantadas a partir de diferentes diagnósticos aplicados no período entre 2018 e 2024 e que encontram-se em diversos bancos de dados do MST. Os diferentes diagnósticos foram aplicados por três equipes distintas: a) CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (sediada em Brasília), utilizando formulários aplicados entre 2018 e 2019; b) Setor de Produção do MST, cuja equipe de secretaria fica sediada em São Paulo - SP, com levantamentos realizados através do Google Forms entre os anos de 2022 e 2023; c) FINAPOP, em parceria com projeto de extensão da UnB e Setor de Produção do MST, durante o Encontro Nacional de Cooperativas de Reforma Agrária realizado em Brasília, no ano de 2024, utilizando formulários Microsoft Forms.

Também foram consultados documentos do MDA, como o extrato da DAP, e registros da Receita Federal para verificar sua regularidade do CNPJ da cooperativa. Após a verificação de regularidade e vínculo com o MST, o estudo considerou 182 cooperativas ativas em todo o Brasil, das quais 57 estão localizadas na Região Nordeste.

Após a aplicação dos formulários, todas as respostas obtidas foram organizadas em planilhas de Excel e encaminhadas por essas equipes por meio de mensagens de e-mail.

Para o presente estudo, algumas informações foram publicadas apenas na totalidade, somando as informações de todas as cooperativas, e desta forma evitando que sejam expostas informações relativas a cada uma das cooperativas, mantendo assim o sigilo das entidades.

3.3 Procedimentos de análise de dados

A análise dos dados foi conduzida de modo quantitativo e qualitativo, com apoio do software Excel para a análise dos dados.

Para melhor visualização das informações, foram elaborados mapas e tabelas, os quais apresentam a síntese dos dados coletados sobre essas cooperativas. Para a elaboração de mapas, foi utilizado o software Q-GIS, enquanto as tabelas e gráficos foram gerados a partir do Excel.

Também foram demonstradas as principais cadeias produtivas em que essas cooperativas estão envolvidas na produção e comercialização. Para esse artigo, foram apresentadas apenas as informações relacionadas às cooperativas situadas na Região Nordeste do Brasil.

4. ANÁLISE DOS DADOS

A análise das cooperativas de reforma agrária no Brasil, com base em diagnósticos recentes entre os anos de 2018 e 2024 (CONCRAB, 2018; FINAPOPOP, 2024; MDA, 2025; MST, 2022; MST, 2023a; MST, 2023b), revela uma distribuição geográfica e produtiva diversificada.

No total foram mapeadas 182 cooperativas em todo o Brasil, das quais 57 estão localizadas na Região Nordeste. No que se refere ao número total de cooperados envolvidos nessas organizações, o levantamento apontou existem 1.865 cooperados vinculados às cooperativas somente na Região Nordeste. No entanto, para essa informação especificamente, notou-se que algumas das cooperativas não responderam as informações referentes à esta questão nos diagnósticos, o que indica um envolvimento maior de assentados nessas cooperativas e que não foi demonstrado nos diagnósticos.

As cooperativas se encontram espalhadas por todo o território nacional, com uma concentração significativa nas regiões Sul e Nordeste, e desempenham papéis distintos dentro das cadeias produtivas. A maioria dessas cooperativas vinculadas ao MST se dedicam à produção de alimentos, com destaque para as cadeias produtivas de hortaliças, fruticultura e produtos de origem animal.

Inicialmente, é apresentada a distribuição territorial das cooperativas, destacando a concentração regional e os diferentes tipos existentes, incluindo cooperativas de produção, cooperativas de trabalho e prestação de serviços, cooperativas centrais e cooperativa de crédito¹.

¹ Para o caso das cooperativas de crédito, foi identificada apenas uma cooperativa, com sede no Estado do Paraná e portanto não será abordada nas informações desse artigo, voltado para as cooperativas da Região Nordeste.

Em seguida, são analisadas as cadeias produtivas, identificando os principais segmentos agrícolas nos quais essas cooperativas atuam

A tabela 3, apresenta a distribuição dessas cooperativas de reforma agrária nos estados da Região Nordeste, sendo que os estados que mais organizaram cooperativas são o Ceará, com 12 cooperativas e a Paraíba com outras 10 entidades.

Tabela 3 - Distribuição das cooperativas de reforma agrária na Região Nordeste

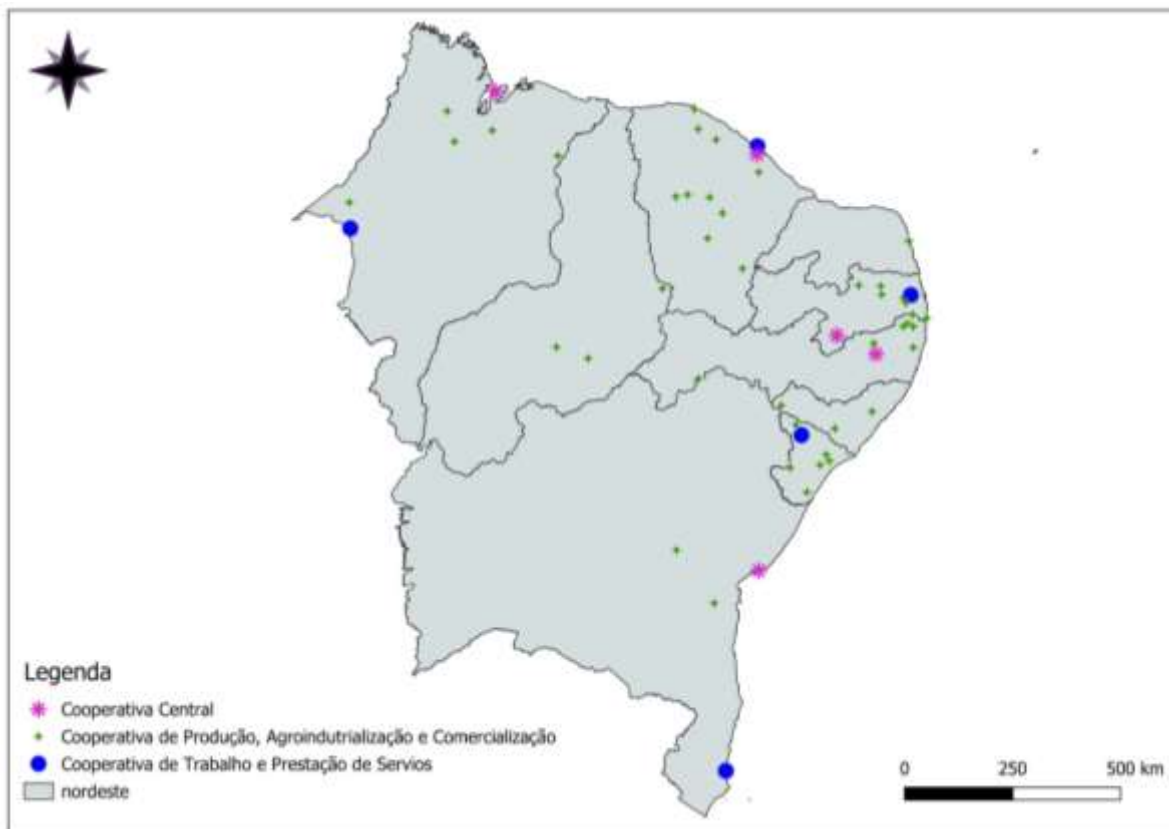
Estado	Cooperativas
AL	3
BA	5
CE	12
MA	7
PB	10
PE	7
PI	3
RN	2
SE	8
Nordeste	57

Fonte: Autor, com base nos diagnósticos realizados (CONCRAB, ca. 2018; FINAPOPOP, 2024; MDA, 2025; MST, 2022; MST, 2023a; MST, 2023b)

No que se refere à tipologia das cooperativas, especificamente para a região Nordeste, foram identificadas 5 cooperativas centrais² e outras 5 cooperativas de trabalho ou de prestação de serviços que são vinculadas ao MST. Já no caso de cooperativas de produção, comercialização e agroindustrialização, foram identificadas 47 cooperativas nessa região, voltadas para a organização da produção dos assentados da reforma agrária. O mapa 1 aponta a localização dessas cooperativas organizadas pelo MST na região Nordeste, conforme a tipologia.

² As cooperativas centrais “são constituídas de 3 (três) singulares, no mínimo, podendo excepcionalmente, admitir sócios individuais” (PINHO, 2004, p.128) Essas cooperativas têm como propósito coordenar, de forma conjunta e em larga escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das associadas, promovendo a integração e a orientação de suas ações, além de viabilizar o uso compartilhado dos serviços

Mapa 1- Localização das cooperativas de reforma agrária no Nordeste



Fonte: Autor, com base nos diagnósticos realizados (CONCRAB, ca. 2018; FINAPOP, 2024; MDA, 2025; MST, 2022; MST, 2023b; MST, 2023c)

Elaboração: Kauane do Amaral Pará, 2025

Outra informação apontada nos diagnósticos diz respeito à principal cadeia produtiva que cada uma dessas cooperativas está inserida. Notou-se que a maioria das cooperativas da região Nordeste estão organizadas para a produção dos assentados envolvidos nas cadeias produtivas voltadas para a produção de alimentos e poucas estão envolvidas com a produção de commodities³.

Os resultados apontam o envolvimento das cooperativas nos seguintes produtos: Hortaliças e olericultura (13); Mandioca (19); Frutas, sucos e Castanhas (14); Cacau (1); feijão (12), milho (13), arroz (5); leite (10), mel (7), carnes⁴ e ovos (9), café (1), cana-de-açúcar e derivados (2). Essa diversificação reflete a importância da agricultura familiar e das cooperativas na dinamização da economia local.

Quando comparada a produção organizada pelas cooperativas nas diferentes regiões, notou-se que, no Nordeste, a mandioca se sobressai como a principal cadeia produtiva, com 19

³ Nenhuma das cooperativas da região Nordeste informou a produção de soja, por exemplo. Esse produto é comercializado pelas cooperativas das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

⁴ Inclui a produção e comercialização de ovinos, caprinos, bovinos, peixes e camarões.

cooperativas, seguida por hortaliças (13) e feijão (12). Além disso, a produção de frutas, sucos e castanhas também teve destaque, com 14 cooperativas que informaram que suas principais atividades estão relacionadas a essas cadeias produtivas.

No que se refere à comercialização dos produtos e as políticas públicas, dentre as 47 cooperativas de produção do Nordeste, 31 delas informaram que participam de programas de comércio institucional como PAA e PNAE. Estima-se que, atualmente, há uma tendência de maior envolvimento das cooperativas tendo em vista a retomada dessas políticas públicas nos governos atuais. Quando comparado o acesso às políticas de comercialização entre as regiões, destaca-se que o Nordeste é onde há o maior número de cooperativas atuando no comércio institucional, seguido pelas regiões Sul e Sudeste.

No que se refere a comercialização no mercado convencional, 31 cooperativas⁵ da Região Nordeste informaram que comercializam no atacado e no varejo

Com relação a outras formas de comercialização, a região Nordeste informou que 8 cooperativas comercializam exclusivamente por meio de cestas ou feiras locais, o que indica a dificuldade de algumas dessas entidades em acessar as políticas públicas ou de organizar escala de produção para acessar o mercado convencional.

Outra política pública em que as cooperativas tendem a organizar as famílias dos assentados da reforma agrária é a ATER. No levantamento de entidades cadastradas para a prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural, apontou que 6 cooperativas do MST estão aptas a prestação desse serviço (ANATER, 2024). No entanto, vale ressaltar que os estados do Nordeste também cadastraram outras entidades para a prestação de assistência técnica, e não somente as cooperativas, envolvendo também associações e institutos.

Mesmo para os períodos em que não houveram recursos públicos para a realização da assistência técnica, algumas cooperativas organizaram outras formas de acompanhamento e de organização das famílias assentadas. Um exemplo é a metodologia “Camponês a Camponês” organizada pelas entidades do MST no estado do Ceará. Essa metodologia tem sido amplamente empregada por camponeses na Guatemala e em Cuba e passou a ser replicada pelo MST em alguns estados, consistindo principalmente em realizar a troca de conhecimentos entre os próprios agricultores, diminuindo a dependência de um técnico contratado em programas de ATER. No caso da experiência desenvolvida no Ceará, potencializou-se os princípios

⁵ Ainda que haja uma coincidência do número de cooperativas que se organizam para o comércio institucional e as cooperativas que comercializam no mercado convencional, não necessariamente são as mesmas cooperativas. O estado do Ceará, por exemplo, informou que 6 cooperativas comercializam nos mercados convencionais enquanto 7 cooperativas comercializam através das políticas públicas.

agroecológicos nos assentamentos e procurou envolver ainda a juventude (PEREIRA *et al*, 2024).

Ainda que não tenham sido abordadas nos diagnósticos sobre as cooperativas, também há o envolvimento das cooperativas em outras políticas públicas, como é o caso da construção de moradias nos assentamentos da reforma agrária através do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), iniciativa que integra o programa "Minha Casa Minha Vida".

No que se refere à produção de alimentos saudáveis, diversas são as experiências organizadas nos assentamentos do Nordeste e que envolvem as cooperativas do MST. Um exemplo é a Cooperativa Central das Áreas de Reforma Agrária do Ceará (CCA-CE), a qual está credenciada no MAPA para organizar os Sistemas Participativos de Garantia (SPG). A cooperativa promove reuniões entre os assentados com o propósito de acompanhar o processo de certificação orgânica de maneira participativa. A cooperativa conta com um sistema participativo de garantia com 5 Núcleos Gestores, organizados por cooperativas regionais, onde 4 deles têm agroindústrias. As principais cadeias produtivas dessas cooperativas são: castanha de caju, polpa de frutas, mel puro, mandioca, bovinocultura leiteira e ovinocaprinocultura (VIEIRA, COIMBRA e FEITOSA, 2024).

5 CONCLUSÃO

As cooperativas de reforma agrária organizadas pelo MST configuram-se como importantes instrumentos de resistência, organização e produção camponesa. Sua atuação demonstra que a cooperação, quando orientada por princípios de solidariedade, autogestão e compromisso político, pode gerar resultados significativos na reprodução social dos assentamentos, fortalecendo a identidade coletiva e o protagonismo dos assentados.

Essas experiências revelam que o modelo de cooperação do MST é capaz de articular dimensões econômicas, sociais e políticas, constituindo-se como prática transformadora frente às adversidades impostas pelo modelo de produção capitalista e pela insuficiência das políticas públicas.

Contudo, embora as cooperativas tenham organizado a produção dos assentamentos e garantido melhorias para as famílias assentadas, é necessário reconhecer que as cooperativas não substituem o papel do Estado na formulação e execução de políticas públicas voltadas à agricultura familiar e à reforma agrária.

A consolidação e a sustentabilidade dessas experiências dependem do fortalecimento de políticas estruturantes, que garantam crédito, assistência técnica e extensão rural, infraestrutura produtiva e acesso a mercados.

Um dos principais desafios nesse sentido, na Região Nordeste, é o acesso ao crédito rural. As políticas existentes não oferecem quantidade suficiente de contratos, tampouco valores adequados às necessidades produtivas dos assentamentos. Além disso, as condições de financiamento, muitas vezes, não são favoráveis, seja pela ausência de taxas de juros subsidiadas, seja pelas burocracias impostas pelos bancos. Modalidades estratégicas - como o PRONAF Agroecologia e aquelas voltadas à juventude e às mulheres -, que possuem elevado potencial político e social, permanecem de difícil acesso para grande parte das famílias assentadas e dos agricultores familiares.

Outras políticas públicas igualmente essenciais dizem respeito à infraestrutura básica e produtiva. Estradas de qualidade, disponibilidade de água de qualidade e sistemas de irrigação, acesso à energia elétrica são de extrema importância para o campo e dependem da do Estado.

Além disso, programas de incentivo à agroindustrialização nas cooperativas são condições indispensáveis tanto para o êxito econômico e social das cooperativas, quanto para a melhoria da renda dos assentados.

A ausência desses investimentos limita a capacidade produtiva, encarece os custos de comercialização e dificulta o escoamento da produção, comprometendo diretamente a autonomia e a renda das famílias.

Apesar dessas restrições nas políticas públicas, as cooperativas do MST no Nordeste têm desempenhado papel estratégico na promoção da agroecologia, na articulação de programas alternativos de assistência técnica, geração de renda e na construção de novas formas de sociabilidade e de gestão coletiva. Elas demonstram que a luta pela terra, quando associada a práticas cooperativas, é também uma luta pela permanência digna no campo, pela soberania alimentar e pela transformação social.

Nesse contexto, o fortalecimento das cooperativas e a ampliação do apoio estatal são condições complementares e indispensáveis para a efetivação de uma reforma agrária popular, capaz de aliar justiça social, sustentabilidade ambiental e democratização do desenvolvimento econômico brasileiro.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de; DINIZ, Aldiva Sales. MST – CEARÁ, 20 ANOS DE MARCHA. *Mercator*, [S.L.], v. 9, n. 20, p. 133-148, 30 dez. 2010. **Mercator** - Revista de Geografia da UFC. <http://dx.doi.org/10.4215/rm2010.0920.0009>. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/552/315>. Acesso em: 23 out. 2025.

ANATER - AGÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL. **Entidades de ATER credenciadas na ANATER**. 2024. Disponível em: <https://www.anater.org/wp-content/uploads/2024/01/EntidadesCredenciadasjan24.pdf>. Acesso em: 23 out. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Matriz de Dados do Crédito Rural - Contratações**. in: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>. Último acesso dezembro de 2021.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Projetos de Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentosgeral.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2021.

CARVALHO, Diogo Augusto Frota de; GOMES, Jaíra Maria Alcobaça. Análise das políticas públicas para a agricultura familiar no semiárido nordestino brasileiro. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S.L.], v. 13, n. 4, p. 2271-2295, 29 dez. 2022. *Brazilian Journals*. <http://dx.doi.org/10.7769/gesec.v13i4.1472>. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1472>. Acesso em: 21 out. 2025.

CASTRO, César Nunes de; FREITAS, Rogério Edivaldo. TD 2708 - Agricultura familiar nordestina, políticas públicas e segurança alimentar. **Texto Para Discussão**, [S.L.], p. 1-41, 10 nov. 2021. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. <http://dx.doi.org/10.38116/td2708>.

CONCRAB, Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Brasil). **Relação de cooperativas**. Brasília, [ca. 2018]. Diagnóstico Técnico.

FABRINI, João Edmilson. A cooperação agrícola nos assentamentos: uma proposta política. **Geografia (Londrina)**, Londrina, v. 9, n. 1, p. 67-78, 2000. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/10177>. Acesso em: 24 ago. 2024.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil. **Revista Nera**, [S.L.], n. 1, p. 2-44, 29 maio 2012. <http://dx.doi.org/10.47946/rnera.v0i1.1495>. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1495/1461>. Acesso em: 23 out. 2025.

FINAPOP, Financiamento Popular para a Produção de Alimentos Saudáveis. **Levantamento de demanda de crédito - FINAPOP**. São Paulo, 2024. Diagnóstico Técnico.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176 p. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 08 fev. 2025.

IBGE. **CENSO Agro 2017**. in: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/2012-agencia-de-noticias/noticias/25786-em-11-anos-agricultura-familiar-perde-9-5-dos-estabelecimentos-e-2-2-milhoes-de-postos-de-trabalho.html>. Último acesso dezembro de 2021.

MARTINS, Caio. O cooperativismo no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Temporalis**, Vitória, v. 12, n. 23, p. 209-229, 27 ago. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/2902>. Acesso em: 23 ago. 2024

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Extrato DAP**: pessoa jurídica. Pessoa Jurídica. 2025. Disponível em: <https://smap14.mda.gov.br/extratodap/PesquisarDAP>. Acesso em: 17 jan. 2025.

MST, Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Cadastro de Cooperativas**. Brasília, 2022. Diagnóstico Técnico

MST, Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno de Formação nº 20**: A Cooperação Agrícola nos Assentamentos. São Paulo: MST, 1993. 56 p.

MST, Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Caderno de Cooperação Agrícola nº 5**: Sistema Cooperativista dos Assentados. São Paulo: MST, 1997. 71 p

MST, Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Energia Renovável**: identificar o potencial e demanda energética das cooperativas, associações e centros de formação do MST. Brasília, 2023a. Diagnóstico Técnico.

MST, Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Levantamento de informação e demandas de ATER**. Brasília, 2023b. Diagnóstico Técnico.

NASCIMENTO, Maria Sheila Rodrigues do. **Confeccionando Vidas**: a experiência de cooperação no Assentamento José Lourenço e a implantação da agroindústria na reforma agrária. 2023. 149 f. Dissertação (Mestrado). UECE, Fortaleza, 2023

MOREIRA, Elaine. Resenha de: LERRER, Débora Franco. MST: como um movimento de “gaúchos” se enraizou no Nordeste. *Appris*, 2021. **Revista Trabalho Necessário**, [S.L.], v. 20, n. 41, p. 01-05, 29 mar. 2022. <http://dx.doi.org/10.22409/tn.v20i41.53454>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/53454>. Acesso em: 23 out. 2025.

PEREIRA, Ana Vitória de Araújo; DAMASCENO, Cosma dos Santos; VICTOR, Caio; PAULINO, Lindenberg Costa; CUNHA, Tainá da Silva. Metodologia Camponês/a a Camponês/a: uma experiência com os primeiros cursos técnicos de agroecologia e de administração com ênfase em organizações sociais do Ceará. **Cadernos de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 1-7, 2024. Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/9767/7314>. Acesso em: 23 out. 2025.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo no Brasil**: da vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004. 357 p.

REIS, Ana Terra; CARDOSO, André de Oliveira; GANAKA, Cristiane Tiemi; VIEIRA, Daniel Cordeiro; ASSUNÇÃO, Matheus Gringo de; STEDILE, Miguel; CHRISTOFFOLI, Pedro Ivan; PRESA, Rosecleia Burei. **Análise do programa nacional de apoio à agricultura familiar - PRONAF 2020**. 2021. Núcleo de estudos em cooperação (NECOOP) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). Instituto Tricontinental de Pesquisa. Disponível em: https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2021/12/pronaf_regioes_artigo.docx2.pdf. Acesso em: 21 out. 2025.

SCHENINI, Pedro Carlos; PINHEIRO, Ana Maria; ZANELLA, Liane Carly Hermes; SILVA, Fernando Amorim da; COSTA, Alexandre Marino. Cooperativas de produção agropecuária do MST: possibilidades e limites como indutora da sustentabilidade dos assentamentos. In: XLIV CONGRESSO DA SOBER, 2006, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: SOBER, 2006. p. 1-21

VIEIRA, Daniel Cordeiro; COIMBRA, Roberta Sartini; FEITOSA, Ana Cristina. Sistemas participativos de garantia para avaliação da conformidade orgânica em territórios da reforma agrária do Brasil: instrumentos de organização da produção agroecológica. **Cadernos de Agroecologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 1-6, 2024. Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia. Disponível em: <https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/8848/6519>. Acesso em: 23 out. 2025.